



FLÁVIO DUTRA/JU

Avanços e pluralidade

Jango graduou-se em Psicologia no último dia 2 de junho

Cotas Após dez anos de vigência da Lei de Cotas, é possível observar uma profunda mudança no perfil dos alunos das instituições federais. Essa é a tônica da matéria produzida pelo JU em uma parceria inédita com o Jornal Beira do Rio (UFPA), Jornal da UFG e a Revista Darcy (UnB). As quatro universidades, inclusive, instituíram programas

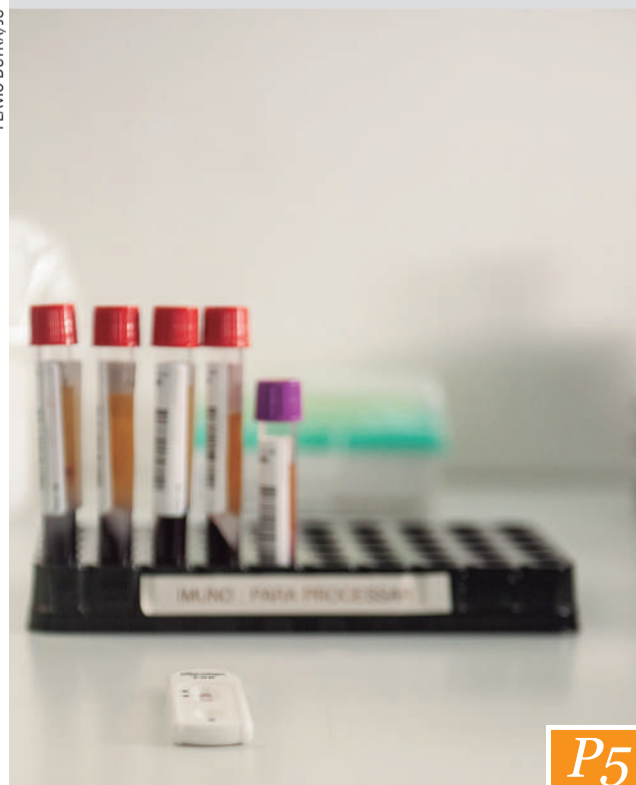
de ações afirmativas antes da lei federal, o que na época estimulou e ampliou o debate sobre o assunto no país. As fontes ouvidas pela reportagem destacam as conquistas e mudanças desses dez anos, mas afirmam que ainda há desafios pela frente — como a expansão das cotas para a pós-graduação e o mercado de trabalho. **P6e7**

INOVAÇÃO

Projetos atuam no combate à dengue

Uma iniciativa da Universidade desenvolveu um aplicativo capaz de identificar o *Aedes aegypti* por meio do som do mosquito. Chamado de Mosquitramento, o aplicativo busca contribuir com a vigilância em tempo real do mosquito. Já o Laboratório de Análises Clínicas e Toxicológicas da UFRGS se prepara para realizar testes rápidos da doença para a rede pública municipal de saúde.

FLÁVIO DUTRA/JU



P5

GRADUAÇÃO

Extensão passa a integrar os currículos

A partir do primeiro semestre de 2023, cursos de graduação devem ter 10% de sua carga horária composta por atividades extensionistas. É o que determina uma resolução de 2018 do Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de ampliar o desenvolvimento de competências transversais e formação cidadã dos estudantes. Com isso, a comunidade acadêmica tem se mobilizado em um intenso processo coletivo para implantar a mudança. **P4**

MULHERES

Incentivar para abrir portas na pesquisa

Apesar dos avanços em relação à participação feminina na ciência, a carreira acadêmica ainda está longe da equidade de gênero. Projetos incentivam que meninas ingressem e permaneçam na pesquisa, além de destacar que lugar de mulher é onde ela quiser. Pesquisadoras ressaltam, no entanto, que ainda há muitos desafios pela frente, como o apoio às mulheres que são mães e o fortalecimento de políticas públicas nacionais. **P9**

MEU LUGAR NA UFRGS

Espaço de pertencimento para indígenas



P11

FLÁVIO DUTRA/JU

Litoral

Uso da energia solar e diversidade de gênero **P8**

Cultura

Slams promovem muito mais que poesia **P10**

Ensaio

Produção de Paulo Só em exposição no MARGS **P12**

Espaço da
Reitoria

Carlos André Bulhões Mendes, reitor

Tempo de reencontro e celebração da vida

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul saúda sua comunidade acadêmica neste início de semestre letivo 2022/1. Este é o primeiro período com aulas totalmente presenciais depois de mais de dois anos de pandemia. Um momento especial para nossa Instituição, pois representa a celebração e a vitória da vida, dos sonhos e da superação dos desafios.

Nestes anos tão complexos, enfrentamos juntos as dificuldades de uma crise que afetou o mundo todo e, de nossa UFRGS, exigiu rápidas e necessárias adaptações em favor da segurança de todos. Criamos o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e, com ele, organizamos um novo modo de ensinar e aprender. Foi uma alternativa para permanecermos unidos, embora distantes fisicamente.

Além de seguirmos com nossas aulas, atividades e formaturas em modo online, reforçamos nosso papel como instituição a serviço da sociedade, com um forte

investimento para enfrentar a pandemia. Apoiamos a realização de testes, produzimos máscaras e álcool gel. Estivemos ao lado de iniciativas sociais, firmando parcerias com o poder público, empresas, entidades e organizações diversas. Também apostamos em novas e amplas pesquisas.

Essas ações beneficiaram diretamente cerca de sete milhões de pessoas. Destaco a barreira sanitária no Aeroporto Internacional Salgado Filho; a disponibilização de veículos para distribuição das vacinas nos postos de saúde de Porto Alegre; a realização de testes de covid-19 para as secretarias de saúde de todo o Estado; o armazenamento dos imunizantes em superfreezers; além de tantas outras iniciativas das Unidades Acadêmicas e da Administração Central.

Passamos pela pandemia nos ajudando e compartilhando nossos medos e esperanças. Agora retomamos a rotina presencial, recebendo os novos estudantes e os que já estavam conosco, acolhendo todos e todas

com a força dos abraços e a alegria de começar outra vez. Justamente essa alegria nos move e motiva a trabalhar pela formação e transformação da sociedade através do ensino, da pesquisa, da extensão, do empreendedorismo e da inovação.

O resultado desse trabalho é o reconhecimento contínuo da UFRGS como a melhor universidade federal do Brasil nos principais rankings nacionais e internacionais. Por isso, seguiremos nos dedicando para a efetivação das aspirações de cada estudante e para a promoção do desenvolvimento social.

A UFRGS é sua gente, preenchendo nossos campi com alegria e gerando oportunidades no ensino, formação, pesquisa e ciência. Sintam-se abraçados pela Universidade, com a certeza de que aqui seus sonhos encontrarão terreno fértil, frutificando em novas conquistas pessoais e institucionais. Que seja um excelente semestre letivo!

XVIII SALÃO
ENSINOXXXIV
SIC Iniciação CientíficaXXIII SALÃO
EXTENSÃOXII
FINOVAIX SALÃO
EDUFRGSXVII SALÃO
UFRGS Jovem26 - 30
SETEMBRO
CAMPUS CENTRO

Arte: Rosane Vieira

Carta aos leitores

Esta é, para o JU, uma edição muito especial, pois havia dois anos não tínhamos um número impresso. Para nossas leitoras e leitores, sem dúvida esse hiato representou uma interrupção de um hábito de leitura e de um vínculo que também para nós era bastante caro. E foi justamente a ciência do lugar ocupado pelo jornal enquanto aglutinador e articulador de uma comunidade formada pelo público que nos acompanha que, em março de 2020, nos levou a realizar transformações profundas. Entendemos que, diante daquele cenário de isolamento social e de reclusão doméstica, era preciso que nós, servidores e servidoras que nos dedicamos a este projeto de comunicação pública, chegássemos semanalmente àqueles que estavam, como nós, atônitos e apreensivos diante da rápida disseminação da covid-19.

A “Carta aos leitores em tempos de pandemia”, publicada no dia 20 daquele mês nas redes sociais, anunciava nossas intenções de oferecer elementos para a compreensão do que acontecia e de contribuir para a discussão de temáticas relevantes. A partir dessa manifestação editorial, passamos a publicar edições semanais online e lançamos uma newsletter para fazer os conteúdos chegarem

toda quinta-feira às caixas de e-mail de nossa lista de assinantes.

Nas 104 edições semanais que produzimos desde então, já acumulamos mais de 400 reportagens que tratam de temáticas diversas da contemporaneidade, incluindo ciência, saúde, cultura, educação e política. E, claro, tudo isso a partir da perspectiva universitária, assentada sobre o conhecimento, a informação e a responsabilidade social. É nesse sentido que as atividades de pesquisa, ensino e extensão nos fornecem subsídios factuais e análises pertinentes para trazer olhares múltiplos e fazer um jornalismo plural e com a qualidade que almejamos.

Nesses 28 meses, também veiculamos mais de 320 artigos escritos por integrantes dos corpos docente, discente e técnico da UFRGS, explicitando o quanto estamos em uma instituição cujos quadros são qualificados. Trouxemos também a série Minha Saudade na UFRGS como forma de manter vivo o vínculo afetivo que todos mantivemos com os espaços da Universidade dos quais estávamos então distanciados. Nesse período, foram mais de 705 mil visualizações de nossa página, numa média de 7 mil acessos por semana, o que nos trouxe a certeza de que chegamos ao

nosso objetivo de atingir mais pessoas e ter mais visibilidade.

Neste 13 de junho de 2021, que marca o retorno integral das atividades presenciais na Universidade, não podia ser diferente. Mais uma vez nosso compromisso como jornal universitário nos levou a marcar este novo momento, agora com uma edição impressa. Para este número, escolhemos um conjunto de pautas que dessem conta de uma diversidade de assuntos e apresentassem questões importantes para o atual momento. A reportagem principal é um marco também pela forma como foi realizada, em uma parceria inédita com o jornal Beira do Rio, da UFPA, o Jornal da UFG e a revista Darcy, da UnB. Também, retomamos a sessão Meu Lugar na UFRGS, para apresentar a rotina dos moradores da recém-criada Casa do Estudante Indígena.

Depois desses quase dois anos, é claro que a experiência acumulada e os resultados alcançados nos levam a uma manutenção do projeto digital, mas sem descuidar da circulação impressa. Por isso, este projeto que em setembro próximo completa 25 anos de história aos poucos também se transformará em sua apresentação em papel.

Boa leitura e bom semestre!

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos André Bulhões Mendes
Vice-reitora
Patrícia Helena Lucas Pranke
Chefe de Gabinete
Maurício Viégas da Silva
Secretário de Comunicação Social
André Prytoluk
Vice-secretária de Comunicação Social
Cláudia Petersen Heinzlmann

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alan Alves Brito, Alex Niche Teixeira, André Irubere Rodrigues, Angela Terezinha de Souza Wyse, Aragon Érico Dasso Júnior, Everton Cardoso, Fernanda Souza de Baires, Fernando Seffner, Marcos Vesolosquzi Kaingang, Mariana Baierle Soares, Thais Furtado e Rommulo Vieira Conceição

Editor chefe Everton Cardoso
Editores Assistentes Felipe Ewald e Mirian Barradas
Repórteres Felipe Ewald e Mirian Barradas

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira
Diagramação Carolina Michel Konrath
Repórter fotográfico Flávio Dutra

Revisão Antônio Palm Falcetta
Bolsistas (Jornalismo) Angelo Rockenbach, Cecília Martini, Clara Aguiar da Silva, Emily Vieira, Gabriel Giordani, Gabriela Sardi, Geovana Benites, Letícia Pasuch, Maria Clara Centeno e Victória Rodrigues

Bolsistas de Pós-graduação Elstor Hanzen e Tarcizio Macedo
Estagiários Alexandre Briozo e Luisa Teixeira Mendonça
Circulação Douglas de Lima
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 6 mil exemplares

As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.

Você conhece o JU?

O Jornal da Universidade traz, em reportagens, temas da atualidade analisados por especialistas da UFRGS nas diversas áreas do conhecimento, mostrando o quanto a Universidade contribui para o debate contemporâneo. Em artigos, resultados de investigações e análises enfatizam o papel da UFRGS como geradora de conhecimento e transformação social. Nas seções Perfil e Meu Lugar, histórias de integrantes da comunidade universitária e sua relação com seus espaços de trabalho e estudo.



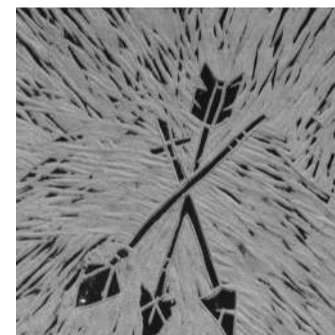
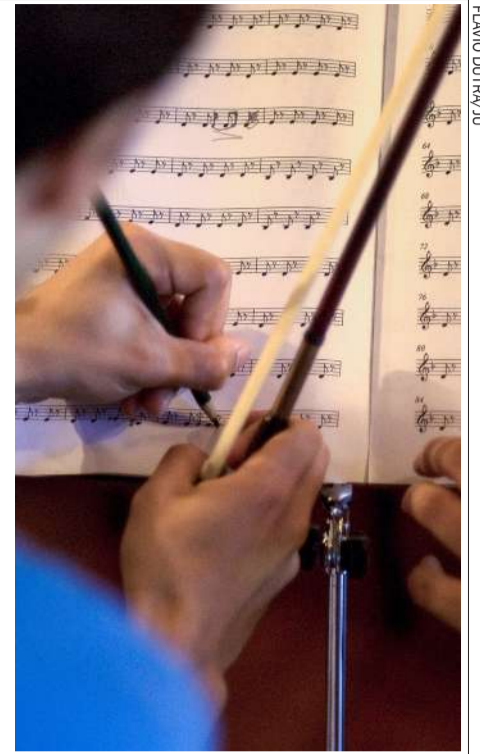
A divulgação de projetos de pesquisa e de ações voltadas para a inovação são os principais temas do Ciência JU. Além disso, o espaço traz reportagens sobre trabalho em ciência e suas condições, destaques das revistas científicas da UFRGS e uma agenda de eventos, editais, oportunidades e outras atividades para pesquisadoras e pesquisadores.



No Cultura JU, a agenda de exposições, seções de cinema, concertos, shows e outros eventos e atividades que acontecem todos os dias na Universidade. Lá também há reportagens, artigos e textos críticos, além de dicas de coisas pra ler, ouvir, e assistir. Na capa, obras de artistas visuais que têm vínculo com a UFRGS.

Parcerias

O JU mantém parceria com o Observatório de Comunicação Pública, grupo de pesquisa da UFRGS que produz mensalmente uma coluna na qual analisa o material veiculado. O JU também participa de um grupo de veículos de universidades federais que produz reportagens, trazendo realidades de diferentes partes do país. Além disso, o jornal integra a Rede Nacional de Combate à Desinformação, que reúne 145 parceiros.



reflexão
conhecimento
 atualidade



JORNAL DA
 UNIVERSIDADE



ufrgs.br/jornal



Curso de Odontologia já tem um histórico consolidado de atividades de extensão, como os atendimentos dentários

A extensão entra no currículo

Graduação UFRGS se mobiliza para implantar atividades extensionistas nos cursos

A Constituição brasileira de 1988, artigo 207, estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que significa que as instituições de ensino superior devem trabalhar essa tríade de forma equivalente. Conforme esse princípio, as universidades têm

autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, mas precisam articular esses três eixos a fim de fornecer uma formação integral aos acadêmicos.

Na prática, entretanto, não existia a obrigatoriedade de que a carga horária dos cursos de graduação incluísse a pesquisa e a extensão. Isso mudou com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) n.º 7, de dezembro de 2018, que determina que as instituições de ensino superior têm até o final de 2022 para implementarem, no mínimo, 10% da carga horária de seus cursos de graduação para a extensão universitária, e estabelece critérios para que as atividades possam ser contabilizadas como extensão. Agora tudo tem que estar pronto

e ser aplicado a partir do semestre letivo 2023/1.

Na UFRGS, essa atualização curricular vem mobilizando as coordenações dos cursos há algum tempo, porque é construída em um processo coletivo, a ser realizado em etapas, exigindo a apropriação e o empoderamento da comunidade acadêmica sobre o tema, segundo o presidente da Câmara de Graduação (Camgrad) e professor do Instituto de Informática João Cesar Netto. “O processo acontece desde 2017, quando a Pró-reitoria de Extensão (Prorext) introduziu explicitamente a inserção curricular da extensão na série de eventos denominados ‘Diálogos da Extensão’. E temos a resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) que fornece as

ferramentas, ou as formas dos arranjos curriculares, que permitirão realizar o quantitativo de 10% da carga horária dos cursos na forma de prática extensionista”, ressalta.

Atividades de extensão são inseridas como componentes curriculares, ou seja, fazem parte do percurso formativo

Netto lembra que a Resolução n.º 029 do CEPE, de dezembro do ano passado, foi construída lentamente, desde 2019, por vários setores da UFRGS, com mais de 35 reuniões realizadas. Conforme o presidente da Camgrad, a prática de extensão, para ser reconhecida como tal, deve possuir uma ou mais características preconizadas nas diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária – como interação dialógica, com sistematização de saberes acadêmicos e não acadêmicos, interdisciplinaridade, interprofissionalidade e impacto na formação do estudante e na transformação social – e estar alinhada à política de extensão da Universidade. “Os cursos, por meio da prática extensionista, proporcionarão aos estudantes a mesma formação ampliada e diferenciada obtida pela participação nas atividades de extensão”, avalia.

A política da UFRGS prevê “assegurar a extensão universitária como um processo acadêmico importante na formação do aluno no âmbito da graduação e da pós-graduação, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade”. João Netto destaca que esse é o objetivo da Resolução do CNE, e agora é o momento de os currículos refletirem essa diretriz. As políticas procuram materializar o que está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) referente à indissociabilidade entre a extensão e o ensino. Atividades de extensão são inseridas como componentes curriculares, ou seja, fazem parte do percurso formativo que leva ao perfil do profissional formado em cada curso.

Adequações – Atualmente, a maior parte das instituições de ensino já tem suas regulamentações e está implantando a curricularização da extensão. Os cursos estão planejando as adequações, reunindo as comissões de graduação e de extensão e departamentos – incluindo, em muitos casos, as direções de unidades. Conforme o presidente da Camgrad, a Pró-reitoria de Extensão também está programando uma série de eventos sobre o tema com a participação de toda a comunidade.

A Faculdade de Ciências Econômicas realizou um levantamento com os professores das discipli-

nas para identificar práticas extensionistas e mapear oportunidades para a curricularização. Segundo a coordenadora da Comissão de Extensão das Ciências Contábeis, Wendy Beatriz Witt Haddad Carraro, no levantamento, 60% dos docentes responderam que não realizam prática extensionista e 40% faziam ou gostariam de fazer. “Por ser um curso muito prático, normalmente os professores aplicam algum tipo de exercício, seja com empresas, organizações ou pessoas físicas. Há muito tempo os alunos tinham, além de aprenderem o conteúdo, de aplicar o planejamento estratégico em uma empresa real, por exemplo”, explica.

Contudo, é importante não confundir atividade complementar e extensionista. Para poder contabilizar como extensão, o aluno precisa participar como executante, não apenas como espectador. Ou seja, o acadêmico envolvido na execução de um evento pode aproveitar a carga horária como extensão; aquele que participar como espectador apenas, não. “O aluno continua tendo que fazer atividade complementar. Mas tivemos o cuidado pra não aumentar a carga horária do curso além dos 10%”, pondera Wendy.

Coordenadora da Comissão de Graduação da Odontologia, Simone Luisi ressalta que o curso tem um histórico consolidado na extensão, devido ao próprio perfil assistencialista e dialógico com a comunidade, com atuação forte, por exemplo, na prevenção em saúde bucal. “O movimento da curricularização da extensão tem se articulado por meio de diversas instâncias e da direção, com reuniões de forma integrada, tentando mapear as atividades já existentes no curso, e programas e projetos da unidade que vão participar do processo”, informa Simone.

Também professor da Odontologia, Jefferson Tomio Sanada cita os desafios na elaboração da curricularização. O primeiro ponto foi levar a visão extensionista ao conhecimento de todos e elucidar como a curricularização se daria na graduação a partir da resolução do CEPE. Em segundo, mapear todas as atividades de caráter extensionista que já são desenvolvidas nas disciplinas. Por último, equalizar a extensão durante o processo formativo do aluno, visando a maturidade e evolução acadêmica com visão da extensão.

O presidente da Camgrad acrescenta que a extensão como componente curricular vai ampliar muito a formação dos estudantes. “Ela permite demonstrar e aprimorar o atendimento às legislações relativas à educação étnico-racial, educação para inclusão, educação ambiental e o desenvolvimento das competências transversais e formação cidadã, tão importante para os futuros egressos, e presentes nas diretrizes nacionais curriculares de todos os cursos de graduação”, finaliza.

Combate à dengue em pauta



Faculdade de Farmácia se prepara para realizar exames de dengue

Saúde
Projetos que atuam no enfrentamento da doença mostram a preocupação da UFRGS em desenvolver soluções para a sociedade

Maria Clara Centeno*
Mírian Barradas**

Depois de dois anos de atenção pública voltada quase exclusivamente à covid-19, outra doença voltou a ocupar os noticiários: a dengue, velha conhecida dos brasileiros. Com o aumento do número de casos da doença transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, iniciativas da Universidade têm atuado no combate à dengue – seja no monitoramento ambiental do mosquito transmissor, seja na colaboração com a rede pública de saúde na detecção dos casos.

Uma dessas iniciativas é um aplicativo desenvolvido por um grupo de trabalho multidisciplinar que congrega pesquisadores da Biomedicina, Ciência da Computação e Engenharias. Chamado de Mosquitramento, o sistema, basicamente, identifica

o *Aedes aegypti* por meio do som. Como o bater de asas de cada espécie ocorre em frequência específica, os pesquisadores desenvolveram uma rede neural – algoritmo capaz de tomar decisões com base em um conjunto de dados – para identificar a espécie a partir dessa frequência, explica o estudante de Engenharia de Controle e Automação e integrante da equipe, Luiz Felipe de Moura.

Atualmente, o monitoramento do mosquito realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) leva sete dias para ser atualizado: consiste na busca por larvas em propriedades ou em armadilhas espalhadas pela cidade e no envio destas para análise. Já o sistema desenvolvido pela UFRGS realiza a identificação imediata do mosquito, permitindo atualizações em tempo real sobre em que regiões da cidade o vetor está presente.

O docente do Instituto de Informática José Rodrigo Azambuja afirma que o Mosquitramento tem a intenção de instrumentalizar a PMPA e destaca que a instantaneidade dos resultados obtidos traz um impacto social importante. Para o professor, por meio desse sistema é possível identificar locais com alta concentração de *Aedes aegypti*, deslocar equipes da Vigilância Ambiental para combater os focos e agir antes de a doença circular. Luiz Felipe complementa: “Podemos realizar também predições de casos e de possíveis surtos, então a gente consegue agir antes de eles acontecerem”.

“Como professores e alunos da UFRGS, o que a gente mais quer poder fazer é retornar um pouco de conhecimento, informação,

tecnologia e extensão para Porto Alegre e Brasil; então esse é o primeiro foco do impacto social que tem a nossa proposta”, diz José Rodrigo Azambuja.

Projetos premiados – O projeto já teve reconhecimentos importantes: um deles foi o primeiro lugar no Programa de Inovação e Empreendedorismo na Área da Saúde da Unicred Health Alliance. A premiação foi concedida durante o South Summit, evento de inovação realizado em maio na capital. Para Luiz Felipe, resultados como esse são fundamentais para a continuidade do projeto, tanto financeiramente quanto por uma questão de motivação.

Para o futuro, a equipe está desenvolvendo o protótipo de um dispositivo capaz de realizar o mesmo processo do aplicativo, mas sem precisar de um celular. Azambuja destaca a complexidade de algumas questões relacionadas ao desenvolvimento do equipamento, como a alimentação elétrica e a conectividade. Os estudantes que fazem parte do Mosquitramento também pretendem abrir uma empresa, patentear o produto para que ele seja comercializado e expandir o sistema para outras espécies transmissoras de doenças.

Testes rápidos – Subsidiar o monitoramento em tempo real da dengue na capital – mais especificamente a situação epidemiológica da doença – é o objetivo de outro projeto da UFRGS: a partir de um convênio com a PMPA, o Laboratório de Análises Clínicas e Toxicológicas (LACT), vinculado à Faculdade de Farmácia, se prepara para iniciar a realização

do teste rápido de dengue em pacientes encaminhados pela rede pública municipal.

Fundado no final dos anos 1970, o laboratório-escola é um espaço de formação em análises clínicas para os estudantes de graduação em Farmácia da UFRGS. O carro-chefe do LACT é a realização de exames em pacientes encaminhados pelas Unidades Básicas de Saúde de Porto Alegre. Coordenadora do LACT e docente da Faculdade de Farmácia, Simone Castro explica que, no convênio com a prefeitura, os exames executados são aqueles dispostos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais do Sistema Único de Saúde. Quando há a necessidade de outros exames, a administração municipal avalia com os laboratórios conveniados a disponibilidade e o preço desses novos testes. “A prefeitura, então, fez um levantamento dentro da rede que já presta serviços a ela para verificar quem se habilitava a realizar o teste [rápido de dengue], porque estamos nos encaminhando a uma epidemia na cidade”, relata Simone.

“No momento que veio esse questionamento da prefeitura, pensamos: temos interesse? Temos. Podemos atender a essa demanda? Podemos”, complementa. A partir dessa decisão, a equipe do LACT iniciou a parte burocrática, que envolve submissão e aprovação de projetos de extensão e de interação acadêmica. Com os projetos aprovados, a equipe aguarda, agora, o aval da prefeitura para iniciar os exames.

Atualmente, o laboratório recebe cerca de 80 pacientes por dia. Pela avaliação da equipe,

em uma possível epidemia de dengue, seria possível realizar entre 20 e 30 exames da doença por dia. Um diferencial é que será realizado o teste rápido, com resultado em poucos minutos – a ideia é que o paciente seja atendido em uma unidade de saúde, realize o exame no LACT e já saiba se o diagnóstico é de dengue ou não.

Ter esses resultados rápidos fornece um panorama em tempo real da situação epidemiológica da dengue na cidade, o que auxilia os gestores públicos em saúde a tomarem medidas mais efetivas de combate à doença. Simone acrescenta que o diagnóstico rápido é importante para que cada paciente receba o tratamento correto – ainda mais se considerarmos que se tem registrado um aumento nos casos de covid-19 e gripe, doenças com alguns sintomas (como a febre) em comum com a dengue.

Em tempos de verbas escassas, a sustentabilidade financeira do LACT é uma preocupação central, reforça Simone. Além de fornecer recursos para a Unidade e para a UFRGS – já que elas recebem uma parte do valor pago pela prefeitura –, o dinheiro pode custear outros projetos ou análises mais caras. “A nossa busca por novos projetos vem disto: por que não usar essa estrutura – que não existe em qualquer laboratório – para servir à comunidade? Nós podemos usar o que temos de diferente, que é justamente a expertise dos pesquisadores, para ofertar análises diferenciadas ou que tenham um custo mais elevado”, conclui.

*Estudante de Jornalismo da UFRGS
**Repórter

Avanços nas ações afirm

Lei de Cotas

Reportagem em parceria com UFPA, UFG e UnB mostra profundas mudanças no perfil dos estudantes das instituições federais

Tarcízio Macedo*

Em 2022, a Lei Federal n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, mais conhecida como Lei de Cotas, completa uma década. Marco legal que dispõe sobre a reserva de vagas em cursos superiores de instituições federais de ensino para minorias historicamente excluídas, a norma passa por um momento decisivo diante da revisão do sistema de cotas no Congresso Nacional, prevista para este ano.

Para ilustrar o impacto da política nacional de cotas na educação e na mudança do perfil de estudantes das instituições públicas brasileiras, o JU (UFRGS), o Jornal Beira do Rio (UFPA), o Jornal da UFG e a Revista Darcy (UnB) colaboraram para produzir esta reportagem especial. Os cenários verificados mostram que as quatro universidades anteciparam a Lei de Cotas ao criarem suas próprias políticas afirmativas anos antes.

As repercussões das decisões dessas instituições estimularam um amplo debate na sociedade brasileira e geraram um efeito que se espalhou por diferentes partes do país, culminando com a consolidação de uma legislação federal sete anos depois. Juntas, as instituições destacam a relevância da manutenção e da expansão das políticas de cotas para que seus resultados produzam efeitos ainda mais positivos na promoção da igualdade racial e na luta contra a segregação e o racismo estrutural que ainda assolam o país.

Ações afirmativas no Brasil – As ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas desenvolvidas por governos ou iniciativas privadas. Seu intuito é rever desigualdades raciais na sociedade para proteger determinados grupos e minorias excluídos que tiveram direitos negados ou renegados historicamente. Esses grupos podem ser sociais, incorporando diferentes minorias da sociedade (imigrantes e ribeirinhos, por exemplo), ou étnico-raciais, especificamente negros, indígenas e quilombolas.

Para Edilson Nabarro, responsável pela Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF/UFRGS) e militante do Movimento Negro no Rio Grande do Sul há 47 anos, a reserva de vagas é uma medida compensatória que busca reduzir as desigualdades a que são sujeitos grupos vulneráveis que sofreram algum tipo de exclusão histórica.

Antes da sanção de uma legislação específica, várias universidades públicas iniciaram um movimento de criação – por iniciativa própria, com base na autonomia universitária e no empenho de suas comunidades – de políticas de ações afirmativas a partir da reserva de vagas para candidatos cotistas. Para a profes-

sora emérita da Universidade Federal do Pará (UFPA) Zélia Amador de Deus, referência do Movimento Negro na Amazônia, as cotas são uma forma de repor direitos humanos retirados de determinados grupos historicamente discriminados.

Lei de Cotas – Em 2009, as cotas implementadas por universidades públicas foram alvo de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação questionava a constitucionalidade da política e levantava dúvidas sobre sua legalidade e eficácia. Apesar das críticas, em 2012 a Suprema Corte brasileira reconheceu as políticas por unanimidade, após entender que a medida contribuiu para superar distorções históricas de oportunidades.

As vitórias acumuladas no campo jurídico levaram a um efeito dominó. No final de agosto de 2012, o governo federal atendeu a uma demanda histórica do Movimento Negro brasileiro e sancionou a Lei de Cotas. Trata-se de uma legislação que muda a forma de entrada em cursos de ensino superior de todas as universidades, institutos e centros federais brasileiros. A Lei passou a garantir que as instituições reservassem 50% das vagas ofertadas a cada ano em seus processos seletivos para alunos cotistas. O texto previa que essas vagas fossem direcionadas aos alunos que concluíram completamente o ensino médio na rede pública e determinava uma nova discussão sobre o tema em 2022.

A metade das vagas reservadas é direcionada a alunos cujas famílias têm renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa. Ainda de acordo com a Lei, em número proporcional ao percentual desses grupos em

“Se nós hoje temos uma universidade mais plural, mais diversa, é porque tivemos uma política muito forte que deu certo. Que incomoda, desacomoda, tira algumas coisas do lugar e que existe”

Eliane Almeida

cada estado, parte das vagas da cota racial é preenchida por pretos, indígenas e pardos. Mais tarde, com a atualização da legislação pela Lei 13.409/2016, que estabeleceu a cota para pessoas com deficiência, o sistema de reserva de vagas para o ensino superior foi consolidado.

Pioneiras, democráticas e inclusivas – Pioneira, a Universidade de Brasília (UnB) fez história em 2004 ao se consolidar como a primeira universidade federal do país a adotar a reserva de vagas para negros. A medida visava reconhecer demandas sociais e mitigar desigualdades históricas. Não havia, à época,

mecanismo legal que obrigasse as instituições de ensino superior a destinar vagas em políticas afirmativas.

De autoria da professora emérita do Departamento de Saúde Coletiva Rita Segato e do professor do Departamento de Antropologia José Jorge de Carvalho, o Plano de metas para a integração social, étnica e racial da Universidade de Brasília foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UnB em junho de 2003. O documento previa reserva de 20% das vagas do vestibular para negros. “A origem das cotas no Brasil foi local. Nós não copiamos modelos. Foi um processo de crítica ao racismo acadêmico no país”, relembra a emérita.

Em 2012, a partir da sanção da Lei de Cotas, a UnB passou a reservar 50% das vagas para alunos de escolas públicas, com base nos critérios de renda e raça. Foram mantidas ainda 5% das vagas exclusivas para negros. A decisão precursora da UnB estimulou movimentos sociais em prol de políticas afirmativas no ensino superior e abriu espaço para que outras

instituições seguissem caminho similar.

Os ventos produzidos no Centro-Oeste rapidamente alcançaram a maior instituição da região Norte do Brasil, a Universidade Federal do Pará (UFPA). A instituição deu seus primeiros passos rumo à adoção de um sistema de reserva de vagas em agosto de 2005, a partir da Resolução n.º 3361 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), que estabelecia normas para o acesso de estudantes egressos da escola pública. A ideia era garantir excelência acadêmica aliada à inclusão social.

Aquela altura, metade das oportunidades de ingresso na instituição passava a ser ofertada exclusivamente a estudantes oriundos do ensino público (Cota Escola), sendo 40% desse total destinado a candidatos autodeclarados pretos ou pardos (Cota Racial, hoje, Cota Pretos, Pardos e Indígenas – PPI). Por uma recomendação do Ministério Público Federal, a adoção efetiva do sistema, entretanto, deu-se apenas três anos depois, em 2008.

ALEXANDRE DE MORAES/UFPA



BETO MONTEIRO/SECOM/UNB



As cotas raciais permitiram a ampliação da diversidade no perfil dos estudantes e uma nova cara às universidades. Em setembro, começando acima, estudantes o campus da UFPA, UFG, UFRGS

Afirmativas



CARLOS SOUJERA/UFG



FLAVIO DUTRA/JU

...lição
deram
sentido
ocupam
e UnB

Com a aprovação da Lei de Cotas, o sistema de reserva de vagas na UFPA foi consolidado. Entre os 50% das vagas destinadas a estudantes de escolas públicas se estabeleceram percentuais específicos para estudantes negros (de cor preta ou parda), pessoas de baixa renda (Cota Renda), indígenas (Cota PPI) e alunos com deficiência (Cota PcD).

Na esteira da UnB e UFPA, em 2005 houve uma intensa mobilização a favor da implementação de cotas raciais na UFRGS. Entre a comunidade acadêmica, com a parceria dos movimentos negros e indígenas, foram promovidas amplas discussões. Em agosto de 2007, os esforços de mobilização culminaram com a aprovação do Programa de Ações Afirmativas da instituição, a partir da Decisão 134 do Conselho Universitário (Consun), que estabeleceu a adoção do programa a partir de 2008.

O programa introduziu o ingresso de alunos de escola pública, incluindo autodeclarados negros, o que conduziu a um

novo cenário acadêmico na Universidade. O documento garantia 30% do total das vagas para os candidatos egressos do ensino público, sendo 15% desse percentual reservado aos estudantes autodeclarados negros.

Participante ativa da mobilização estudantil que levou a Administração Central da UFRGS a alterar a forma de ingresso, Eliane Almeida, pós-doutoranda em Educação na Faced/UFRGS, foi uma das pessoas que lutou e ajudou na implementação das políticas de cotas. “Nós fomos ao Ministério Público, fizemos várias comissões. Num primeiro momento, no Consun, a proposta não foi muito bem entendida, e nós chegamos já com a mobilização”, relembra.

Em 2008, os esforços para aprovação de políticas de ações afirmativas também chegaram à Universidade Federal de Goiás (UFG). Criado em 2008, o Programa UFGInclui foi uma iniciativa inovadora de ampliação do acesso e da permanência. Na proposta inicial, a reserva de vagas destinava 10% do total ofertado para estudantes oriundos de escolas públicas, 10% para

estudantes autodeclarados negros oriundos de escolas públicas e criava uma vaga adicional em cada curso para estudante indígena e quilombola quando houvesse demanda.

Diogo Marçal, egresso da instituição envolvido diretamente na implementação das cotas, recorda a importância da participação dos estudantes negros, dos coletivos e dos diretórios acadêmicos para a aprovação da política de cotas na UFG. “Se não fossem os estudantes pressionando a reitoria, talvez até 2012 [...] nós teríamos uma política de ação afirmativa tapa buraco”, aponta.

A aprovação da Lei de Cotas levou a adaptações no UFGInclui. Desde 2013, o programa foi direcionado de forma mais específica ao público indígena e quilombola. Atualmente, mantém a criação de vaga adicional para esses grupos, quando há demanda, e reserva 15 vagas no curso de Letras: Libras para candidatos surdos.

Perfil de alunos – Em 7 de junho de 2003, a edição impressa do Jornal do Brasil destacou que a UnB tinha apenas 2% de graduandos negros. Em uma década, a política afirmativa mudou esse cenário: no primeiro semestre de 2013, pretos e pardos somavam 31% dos graduandos, segundo o Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO/UnB). Seis anos depois, pretos e pardos eram 47,8% dos graduandos (quase 19 mil), de acordo com o Anuário Estatístico 2020.

Na UFPA, dados do Centro de Indicadores Acadêmicos (CIAC/UFPA) mostram que entre 2010 e o primeiro trimestre de 2022 ingressaram na instituição 30.002 estudantes negros (de cor parda ou preta). No ano passado, 3.740 estudantes entraram na UFPA apenas por meio das cotas raciais. Na opinião da professora Zélia Amador, hoje o perfil de estudantes dentro da Universidade mudou

graças à reserva de vagas: “[...] se a cota não tivesse sido implementada desde 2008, alguns cursos, como Comunicação Social e Arquitetura, não teriam nenhuma pessoa negra”, comenta.

Na UFRGS, o último vestibular sem cotas, realizado em 2007, contou com a entrada de 3,17% de candidatas pretas e pardas. No ano seguinte, em 2008, já com a política de ações afirmativas da Universidade vigente, esse número quase quadruplicou, chegando à marca de 11,12%, de acordo com dados da CAF/UFRGS. Mais recentemente, no primeiro trimestre de 2020, 41,1% dos alunos de graduação que ingressaram na instituição o fizeram a partir da política de reserva de vagas. Isso equivale a 9.224 estudantes, dos quais 3.237 são vinculados às cotas raciais. Hoje, de acordo com o diretor da CAF, 52% dos alunos da UFRGS são oriundos de escola pública.

Na UFG, o quantitativo de alunos de graduação beneficiados pela Lei de Cotas e matriculados chegou a 7.314. Destes, 4.137 estão vinculados em cotas PPI. Do total de estudantes vinculados em cotas PPI, 3.097 declararam a cor parda, 1.035 a cor preta e 5 a etnia indígena. Diogo Marçal viu de perto essa mudança no perfil dos estudantes entre 2003 a 2010, período em que esteve vinculado à instituição, e comenta que havia uma sensação de que todos os estudantes negros eram conhecidos. Em visita feita à UFG em meados de 2013, ele relata: “Fiquei estarelecido com a quantidade de estudantes negros circulando [...]. Os corpos que circulavam eram outros na UFG”, relembra.

Tarcízio Macedo,

jornalista e doutorando em Comunicação
Colaboraram na apuração Edmê Gomes (UFPA),
Mateus Salomão (UnB) e Carolina Melo (UFG)

Dez anos depois: há o que comemorar?

Embora a política de cotas não resolva o problema racial, para Eliane Almeida elas dão conta de um processo de inclusão para os grupos que são etnicamente excluídos. “Se nós hoje temos uma universidade mais plural, mais diversa, é porque tivemos uma política muito forte que deu certo. Que incomoda, desacomoda, tira algumas coisas do lugar e que existe”, destaca.

Para Edilson Nabarro, os dez anos da vigência da Lei de Cotas permitem festejar os resultados qualitativos e quantitativos, especialmente na melhoria da presença negra na universidade. Os resultados alcançados permitem a celebração do êxito das políticas de ações afirmativas nas instituições de ensino públicas brasileiras, mas ainda existem inúmeros desafios para a consolidação de programas e ações voltados mais efetivamente aos diagnósticos reconhecidos durante os anos.

Em debates nos últimos tempos, a expansão das políticas para os programas de pós-graduação e para o emprego mostram os avanços ainda necessários para a diminuição das desigualdades raciais no ensino e no trabalho. A relação entre as ações de ingresso e permanência na graduação e na pós, assim como as articulações entre as políticas de acompanhamento acadêmico e apoio material, dão a tônica dos desafios institucionais ainda persistentes.

Esse cenário de incentivo e manutenção às políticas de inclusão e ações afirmativas é complexificado com a demanda por diversos mecanismos de fiscalização e controle para fazer frente às tentativas de fraudar o sistema. Nesse sentido, as IFES têm criado estruturas institucionais – como assessorias, comitês e coordenadorias – destinadas ao acompanhamento, à fiscalização e à efetivação da política.

Os números atuais, no entanto, devem ser comemorados, reforça Edilson. “Nós temos que positivar os ganhos até agora alcançados com muito esforço, mesmo que insuficientes. A política ajudou a diversidade na universidade”, finaliza.

Energia feminina

Diversidade Professora e aluna do curso de Engenharia de Gestão de Energia, no Câmpus Litoral Norte, atuam no fomento a uma perspectiva de gênero no mercado de trabalho da área

Ângelo Rockenbach*
Felipe Ewald**

“É mais tranquilo ter mulheres ao teu lado.” A frase de Larissa Ananda Hansen, 25 anos, pode parecer simples, mas tem uma profundidade que somente mulheres que trabalham em áreas dominadas por homens podem entender.

Larissa é estudante do curso de Engenharia de Gestão de Energia, uma das terminalidades do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, e conhece bem essa realidade. Ela conta que já chegou à graduação calejada nesse tipo de situação por ter feito um curso em eletrotécnica como parte do ensino médio. Em alguns trabalhos braçais do curso, superava as expectativas e era a primeira a finalizar as tarefas, o que fazia seus colegas homens se impressionarem: “Chegavam e perguntavam: ‘Tu já acabou?’ Eu aposto que, se fosse um homem que tivesse acabado primeiro, esse questionamento não existiria”. Nesse tipo de tarefa, ela se sentia pressionada pelos outros, como se estivessem à espera do seu erro, que não seria perdoado tão facilmente quanto fosse um homem.

Na UFRGS, Larissa se sente mais à vontade, mas ainda assim é impossível não perceber a prevalência masculina na área. Dos 15 professores do curso, apenas três são mulheres. Uma delas é Aline Cristiane Pan, que revela que, desde que passou a lecionar para o curso oferecido no Câmpus Litoral Norte – há

quatro anos –, foi apenas no último semestre que encontrou suas primeiras alunas mulheres. Em contrapartida, foram quatro de uma só vez, incluindo Larissa.

“É mais tranquilo ter mulheres ao teu lado”

Larissa A. Hansen

Aline é voz ativa na busca pela diversidade de gênero dentro da área da energia. Ela é uma das cofundadoras da Rede Brasileira de Mulheres na Energia Solar (Rede MESol). A iniciativa atua em diversas frentes, promovendo cursos de capacitação, elaborando manuais de boas práticas, participando de eventos e organizando reuniões. Tudo em função de conectar mulheres da área e informar a comunidade a respeito da importância da diversidade de gênero.

Citando estudo internacional, Aline afirma que uma empresa que tenha diversidade de gênero tem muito mais inovação e lucro. “Porque nós somos pessoas diferentes; os homens e as mulheres têm características diferentes, então vão abordar soluções de problemas de formas diferentes, vão inovar de formas diferen-

tes. Elas vão ter outro olhar. E com isso as empresas crescem.” E completa: “O avanço é a partir da diferença”. Larissa também observa diferenças entre homens e mulheres. O que percebe é que as mulheres tendem a ser mais organizadas e preocupadas com questões ambientais.

Políticas públicas – O preconceito se manifesta de diferentes formas no mercado. Aline, quando ainda lecionava na PUCRS, conta que ouvia histórias de alunas que viam seus projetos vetados pelos donos de empresas que contratavam os serviços de engenharia simplesmente por não terem sido feitos por homens. Um estudo realizado pela Rede MESol em parceria com instituições da Inglaterra e Alemanha concluiu que as mulheres inseridas no setor de energia, na média, são mais qualificadas que os homens e, mesmo assim, recebem um terço a menos. E, quando perguntadas sobre qual seria sua maior dificuldade para avançar na carreira, a resposta mais comum apontou a discriminação de gênero.

Dessa forma, a Rede defende o estabelecimento de políticas públicas que combatam a intolerância na área. O grupo entende que as cotas surgem como medida necessária para promover a equidade, assim como sistemas de apoio à paternidade – “mais de 40% das mulheres na área de ciências exatas, tecnológica e engenharia abandonam carreiras quando têm filhos”, diz Aline – e a análise curricular às cegas, como

forma de impedir que empregadores saibam se estão contratando homens ou mulheres.

Tanto Aline quanto Larissa, contudo, observam avanços na área. Aline conta que a Rede MESol tem sido cada vez mais requisitada em eventos. Em maio deste ano, integrantes da iniciativa realizaram uma palestra em um evento que reuniu 50 mil pessoas em Munique. No mesmo mês, a Rede foi responsável pela abertura do Congresso Brasileiro de Energia Solar 2022, realizado entre os dias 23 e 27 em Florianópolis. “A visibilidade começa a acontecer, não está como gostaríamos, mas está iniciando”, sintetiza Aline, que passou a receber ligações de organizações de eventos interessadas em dar espaço à diversidade de gênero.

Para Larissa, a prova do avanço está no próprio Câmpus Litoral Norte. Mais especificamente, na instalação da Usina Fotovoltaica: “O mais legal de tudo é que são duas mulheres responsáveis por acompanhar toda a obra”. Ela se refere às duas coordenadoras da empreitada, Aline e a professora Juliana Klas. “Ver que mulheres estão à frente disso é muito reconfortante. Saber que a gente pode.” Estimulada pela experiência, Larissa planeja, ainda neste ano, abrir uma empresa na área de eficiência energética e gestão de energia junto com dois colegas de curso.

*Estudante de Jornalismo da UFRGS
**Repórter

Usina fotovoltaica como instrumento pedagógico

Após anos de tratativas e planejamentos – e adiamentos devido à pandemia –, foi no início de 2022 que a Usina Fotovoltaica do Câmpus Litoral Norte saiu do papel e passou a ser materializada. A instalação dos 996 módulos fotovoltaicos espalhados por uma área de 744m² começou em janeiro e faltam apenas detalhes para que comecem a funcionar.

A usina produzirá energia durante o dia, consumindo o que for necessário e injetando o excedente na rede elétrica, que poderá ser utilizado para abater na fatura de energia elétrica da UFRGS. Dessa forma, a professora e coordenadora do projeto Aline Pan projeta que o montante de R\$ 1,7 milhão investido, obtido por meio de edital do Programa para Desenvolvimento em Energias Renováveis e Eficiência Energética na Rede Federal, se transforme em um lucro de R\$ 6 milhões em 20 anos.

Aline explica que docentes e discentes da terminalidade de Engenharia de Gestão de Energia participaram ativamente da instalação da usina: “Antes de a gente ter a primeira conversa com a empresa que viria instalar, eu já comecei a trabalhar com os alunos possibilidades pra gente chegar às discussões com bastantes estudos feitos”. A docente revela que a usina foi pensada para além da questão financeira. A ideia é que ela possa fomentar a pesquisa e o desenvolvimento do litoral norte. Para tanto, o espaço contará com uma estação solarimétrica. “Ela vai medir com uma célula padrão a irradiância, o que tá chegando do sol.” As informações captadas possibilitarão a criação de um banco de dados, que será útil em futuros investimentos energéticos na região, pois, como diz Aline, “o investimento em energia se faz quando tu tem domínio da área”.



Vista aérea da usina fotovoltaica com 996 módulos instalada em uma área de 744m² no Câmpus Litoral Norte

DIVULGAÇÃO

Elas nas ciências

Carreira
Apesar do avanço em relação à participação feminina, as mulheres ainda buscam formas de entrar e permanecer na área científica

Em grande parte da história, as mulheres sempre foram escanteadas em todas as áreas da vida – o exemplo de mulher era a que vivia apenas para o cuidado dos outros sem cogitar uma carreira para si. Há avanços nessa questão, mas as mulheres ainda lutam pelo seu espaço na ciência. Segundo relatório da Elsevier intitulado “A jornada do pesquisador através de lentes de gênero”, de 2020, embora a participação das mulheres na pesquisa esteja aumentando em geral, a desigualdade permanece. De acordo com o relatório, que analisou diversos países, incluindo o Brasil, de 2014 a 2018, a participação feminina na ciência somou 38% do total. Ainda assim, em média, as pesquisadoras publicam menos que os homens em todos os países.

Segundo a professora de Física da UFRGS Márcia Barbosa, a falta de representatividade feminina no campo científico é maior quando se eleva o grau de carreira. No início da jornada acadêmica, a presença feminina gira em torno de 60%, mas cai para 25% nas formações posteriores. Nas ciências exatas, a disparidade aumenta: menos de 20% na graduação, 5% em doutorados. Se comparado aos dados de 20 anos atrás, o parâmetro melhorou, mas de forma lenta, aumentando menos de 5% no percentual geral.

Para Márcia, medidas compensatórias de universidades ajudaram a melhorar os dados, priorizando mulheres mães para vagas de bolsa de pesquisa e incentivando projetos voltados para a participação feminina, além de políticas públicas nacionais, como a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. “A UFRGS é uma das universidades que tem mais articulação com políticas públicas”, relata a professora. “Mas, ao mesmo tempo, essa movimentação tem que se transformar em políticas que venham de cima para baixo, passando por essas Secretarias,



Projeto de extensão do Instituto de Física e Meninas na Ciência estimula a participação feminina na área científica desde 2013

com mulheres nas posições de poder”, complementa.

Ela ressalta que, para a desigualdade de gênero na Universidade seguir diminuindo, deve-se combatê-la dentro de cada departamento. “É importante existirem movimentos que articulem na base e que gerem a movimentação da comunidade em todos os setores”, afirma.

Incentivar para abrir portas – Uma das iniciativas que procura estimular a participação feminina na área científica é o Meninas na Ciência, projeto de extensão do Instituto de Física da UFRGS criado em 2013. Parceria entre pesquisadoras da Universidade e escolas da rede pública, o projeto busca promover a presença de meninas na área de Ciências e Tecnologias, por meio de atividades de divulgação científica, oficinas e cursos de robótica. De acordo com as professoras Daniela Pavani e Carolina Brito, coordenadoras do Meninas na Ciência, a ideia é atrair meninas para as áreas das engenharias, física e computação.

Em parceria com a UFRGS TV, o projeto também desenvolve o programa Lugar de Mulher, que é uma das ações que visa à criação de um modelo de representatividade através de entrevistas com mulheres de diversas áreas, níveis de escolaridade e culturas. O Meninas na Ciência age para levar ciência para as escolas, mas também atua para que estudantes conheçam o meio universitário. Com a ação “Gurias, partiu

UFRGS!”, a iniciativa leva as alunas para conhecerem laboratórios, pesquisadores e discentes. “É muito comum ouvirmos das meninas ‘eu vi pessoas como eu na universidade’. Então, quando falamos que representatividade importa, é isso. As meninas enxergam pessoas como elas naquele lugar, fortalecendo a ideia de que aquele espaço lhes pertence também”, destaca Daniela Pavani.

A estudante Millena Borba foi uma das alunas que participou das ações do Meninas na Ciência enquanto estava no primeiro ano do ensino médio do Colégio Estadual Odila Gay da Fonseca, na zona sul de Porto Alegre. Com o programa, Millena acompanhou aulas no Câmpus do Vale, participou de oficinas de robótica, visitou o Museu de Paleontologia da UFRGS e os laboratórios da Universidade. “Foi uma experiência única e especial na minha vida, abriu meus olhos para novas oportunidades, me fez ver todo o potencial que havia em mim”, afirma. Apesar de não ter entrado para o ensino superior na área de ciências e tecnologias, ela aproveitou o incentivo para seguir seu sonho: que o balé fosse não só um hobby, mas uma profissão. Com a nota do ENEM, ela conquistou uma bolsa integral para cursar Educação Física na UFRGS.

Outro trabalho que visa trazer visibilidade feminina é o Enigma, voltado para a área da informática e computação. Idealizado em 2014 pela professora de Cul-

tura Digital Clevis Rapkiewicz, o projeto é ligado às áreas de Informática e de Artes do Colégio de Aplicação da UFRGS, e foi motivado por experiências de vida de Clevis, que vivenciou

Segundo a professora de Física da UFRGS Márcia Barbosa, a falta de representatividade feminina no campo científico é maior quando se eleva o grau de carreira

o machismo na academia, e pelo esquecimento de trabalhos de mulheres que revolucionaram a sociedade. Atual coordenadora e docente do Colégio de Aplicação da UFRGS, Rute Favero alega que suas motivações para participar do Enigma se unem às de outro projeto no qual trabalha: o Museu Virtual de Informática (Muvin), que aborda a história da área. “A história da mulher faz parte da história da informática, e eu quero contar isso no Muvin”, ressalta Rute.

Por ter bolsistas de diferentes áreas atuando no projeto

(duas alunas das Engenharias e três de Artes Visuais), Rute diz que, dessa forma, se consegue trabalhar com os aspectos tanto artísticos quanto técnicos em oficinas e exposições, como a mostra realizada entre outubro e dezembro de 2021 na Casa de Cultura Mário Quintana, que apresentou obras feitas com lixo eletrônico a fim de trazer relatos de mulheres presentes na história da informática.

O cenário brasileiro na área de Computação e de Informática não difere muito do de outros países: as mulheres são minoria. Na UFRGS, segundo dados do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-UFRGS), cursos das ciências exatas possuem uma grande diferença entre os sexos, sendo 10,12% de alunas na Engenharia de Computação, 13,20% na Ciência da Computação e 9,25% em Engenharia de Controle e Automação. “Temos um número de mulheres que não se formam porque elas não veem perspectivas, principalmente porque é negado a elas o mercado de trabalho”, alega a professora. “É muito importante que cada vez a mulher se empodere mais. Eu venci os medos, isso vai te empoderando e mostra a coragem para outras mulheres, principalmente para as jovens”, complementa.

Geovana Benites e Gabriel Giordani, estudantes de Jornalismo da UFRGS



Crúa (E), Tiatã (C) e Juliana Luise (D), do Slam das Minas, um dos primeiros coletivos dessa modalidade no RS

Espaço de acolhimento

Slam

Poetas de diferentes regiões de Porto Alegre encontram-se a céu aberto e recitam poesias sobre situações diversas, como racismo, homofobia e violência de gênero

Em uma praça de Porto Alegre, sob aplausos e gritos emocionados, uma roda de pessoas se forma. Um por vez, os poetas se preparam para receber notas dos jurados populares, que são retirados entre o público. Cada um com sua própria vivência, eles vêm para contar por meio de versos suas identidades, subjetividades, desejos e angústias. Assim se inicia o slam, um campeonato de poesia falada oriundo da cultura do Hip Hop, na década de 1990 em Chicago, Estados Unidos, mas que chegou ao Brasil apenas 20 anos depois.

Na cena cultural porto-alegrense, os slams têm ganhado cada vez mais espaço. De acordo com a jornalista, doutora em Educação e pesquisadora do tema Liége Freitas Barbosa, a modalidade surgiu

no Rio Grande do Sul em 2016 pela iniciativa de dois coletivos: o Slam das Minas RS e o Slam Peleia. A partir daí, vem crescendo consideravelmente. “Se compararmos com o eixo Rio-São Paulo, o slam aqui no Rio Grande do Sul tem uma proporção menor, mas é um movimento que tem muita potência”, afirma. Assim, outros coletivos se espalharam pela cidade, sendo os mais famosos o Slam Chamego, o Slam Poetas Vivos, o Slam RS, o Slam da Beira – além disso, há slams específicos de bairros em que poetas e público podem encontrar um refúgio nas palavras.

Liége conta que, durante a sua pesquisa, percebeu os encontros como um espaço de construção de fala e também de escuta. “O slam funciona para esses jovens quase como uma grande terapia coletiva, onde eles conseguem desabafar, dividir, compartilhar, levar as suas cargas, as suas mensagens”, relata. Formados em sua grande maioria por jovens negros de periferia que trazem na bagagem uma trajetória repleta de desafios, os slams no Brasil têm um caráter de protesto. “[Os encontros] Vão ter temas difíceis justamente por esses jovens terem essa demanda, eles se apropriaram do formato do slam para poder manifestar as suas questões”, ressalta a pesquisadora.

Cena universitária – Oriunda das margens da sociedade, a cultura do slam se propagou e chegou até as universidades trazida por jovens periféricos que, a partir do movimento, ousaram acreditar que era possível ocupar esse espaço de conhecimento durante muito tempo dominado pela elite.

Na UFRGS, os slammers estão presentes em diversos cursos, seja na graduação ou na pós-graduação. É o caso da mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências Daniela Alves, conhecida no universo da poesia como Lella. Integrante do Slam das Minas RS, ela diz que sua relação com o movimento iniciou em 2016, ano em que foi criado o grupo. “O nosso coletivo é totalmente autônomo, autogestionável, então a gente se organiza como a gente consegue”, declara. “Com o tempo fomos agregando outras mulheres produtoras culturais, poetas para fazer parte dessa organização também.”

Potencializando a presença do slam dentro da Universidade está a cantora e estudante de Publicidade e Propaganda Ariádne Teixeira, conhecida no mundo slammer como Dadi. Precursora, juntamente com outras mulheres, da modalidade no Rio Grande do Sul, Dadi diz que sua relação com o movimento teve início em 2017. “O meu envolvimento com a poesia falada começou no Slam Peleia [...]; já no início eu participei de algumas competições e ganhei”, diz. No começo, a poeta era apenas uma agregada do grupo, mas com o tempo aprofundou, ainda mais, sua relação, tornando-se uma das organizadoras do projeto cultural. “Eu exerço todas as funções possíveis, das ideias até a finalização, de tudo um pouco”, relata. “Cada um dentro do projeto faz um pouquinho de cada coisa, ninguém tem uma área específica.”

Sempre muito fechada para falar sobre os seus sentimentos, Dadi conta que foi a partir da sua relação com o slam que conseguiu ser quem é. “Na primeira vez que

eu participei de um slam, recitei uma poesia que falava só de mim, de algumas dores que eu tinha, e as pessoas acolheram a minha dor, me ouviram”, conta Dadi. “A partir daí eu entendi quem eu era e qual era o meu propósito. E me tornei a artista que eu sou”, relata. Suas maiores inspirações quando escreve são as questões que envolvem a vida, principalmente o sofrimento. “Eu sou conhecida como sad girl, tanto no slam como na música, porque as coisas deprimentes me excitam e me instigam mais”, diverte-se.

Foi em 2016, durante as ocupações nos câmpus da UFRGS, que Natália Pagot teve seu primeiro contato com a cultura do slam. Natural de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, a bióloga e mestranda em Educação sempre foi próxima à literatura, mas nunca havia tido contato com saraus e poesias faladas até então. Ali, Natália conheceu o trabalho de Mel Duarte – primeira mulher a vencer o Rio Poetry Slam (campeonato internacional de poesia

falada) –, e achou o trabalho da artista incrível. “A partir daí eu descobri que existiam outros poetas. Os poetas que estavam ali não eram mortos ou brancos”, conta. “Eu comecei a resgatar as minhas escritas, comecei a perceber que o que eu escrevia também era poesia, que aqueles corpos negros também eram poetas.”

Durante o fim da sua graduação em Ciências Biológicas na UFRGS, Natália foi convidada a integrar o coletivo Poetas Vivos, criado a partir dos grupos existentes no Rio de Janeiro. Por trabalhar desde 2014 com educação antirracista, a mestranda viu no grupo uma chance para ampliar seu conhecimento. “Eu entrei no coletivo para expandir as possibilidades enquanto educadora e as possibilidades que a arte tem enquanto educação antirracista, enquanto educação transformadora”, afirma. O Poetas Vivos é uma iniciativa cultural, ou seja, outras atividades acontecem além do slam, entre elas estão oficinas de música, formações, palestras e afroempreendedorismo.

Transformação – O slam, segundo Liége, é uma porta de entrada para a arte, e a academia deveria voltar mais os olhos para isso. Seguidamente silenciados, invisibilizados e excluídos, foi a partir dessa cultura que muitos jovens conquistaram espaço e autoestima para expressar suas vivências através da poesia. “A gente tem uma visão da academia como algo muito fechado, com um espaço muito restrito, de acesso limitado”, afirma. “Eu acho que é importante a academia olhar para esses movimentos que estão acontecendo na rua, porque a maioria desses jovens que estão fazendo slam, que estão levando para as rodas a sua poesia são os jovens do ensino médio que estão entrando na Universidade”, finaliza Liége.

Além disso, a cultura do slam apresenta uma possibilidade de carreira para a juventude da periferia. É o que diz a mestranda Natália Pagot. “Para a juventude preta periférica sem estudo, sem qualificação técnica, na maioria das vezes, sem perspectiva, às vezes faltando comida, é uma mudança de vida, é uma possibilidade de ver o mundo diferente”, conclui.

Victoria Rodrigues e Emily Vieira, estudantes de Jornalismo da UFRGS

“Sou da cor do barro amassado,
de pele queimada, da voz alta e rouca, filha da
mata, sobrevivente da violência.
Não me julgue, não me compare, não me analise.
Não tente me alisar, me moldar,
Depois que fui parida, nunca mais fui de Ninguém.
De tantas, de várias que sou
O que realmente sei é o que não quero ser”

Lella



FLAVIO DUJRA/JU

O fogo é o centro de tudo

Ruan Potiguara (E) e Woie Xokleng (D) definem a Casa do Estudante Indígena como uma retomada do território ancestral

Residência estudantil Após anos de reivindicação, povos indígenas recebem espaço para exercer seu duplo pertencimento

“Estamos retomando o que é nosso.” É assim que Woie Xokleng, mestrando em Educação e representante do coletivo de estudantes indígenas da Universidade, define a conquista recente e histórica para ele e os demais universitários indígenas da UFRGS, a nova moradia. Localizado no Câmpus Saúde, o prédio anteriormente destinado à Creche da Universidade – e que se encontrava desocupado mesmo antes da pandemia – é hoje a Casa do Estudante Indígena (CEI).

Logo na entrada – e também pelos corredores – os moradores registraram pinturas que demarcam as etnias e línguas dos que vivem ali. Há, ainda, um memorial de retratos que personificam a luta e a bravura de estudantes que buscam um lugar para pertencer.

Ocupada desde o início de abril deste ano, após um longo processo de reivindicação, a CEI abriga, até o momento, 46 pessoas, em sua maioria mães com seus filhos e estudantes que ainda permane-

cerão por mais tempo na Universidade, considerados prioridade. Os demais seguem morando na Casa do Estudante Universitário (CEU). Por ser um ambiente pequeno, nem todos conseguem, por enquanto, mudar-se para o espaço.

O fogo é um imã – Na CEU, o quarto andar é onde se concentram os estudantes indígenas, segundo a estudante de Direito Viviane Lopes, da etnia Kaingang; ela segue morando ali, já que, em breve, terminará a graduação. Na sua opinião, apesar de alguns vizinhos serem mais abertos, a convivência é complicada. “A gente busca viver junto, estar presente nos mesmos espaços, e eles se incomodam muito com isso”, lamenta. A experiência de Ruan Potiguara, estudante de Medicina e morador da CEI, foi semelhante quando vivia na CEU: “Passei um mês sem falar com ninguém, preso no quarto”.

A rotina na CEI é descrita pelos estudantes como mais livre, por poderem finalmente conviver sem restrições, compartilhando tarefas, comidas e saberes. Ter os filhos das alunas por perto, o que não era permitido na CEU, contribui para o sentimento de acolhimento, também intensificado nas rodas de conversas ao redor da fogueira – acesa todos os dias, sempre à noite. Woie define o fogo como o centro de tudo: “Sem o fogo você não se aquece, sem o fogo você não se alimenta. Sem o fogo não tem sentido a vida”.

Essência de tudo, o fogo, que finalmente pôde ser aceso dentro da Universidade, chama

os demais para a roda apenas pelo cheiro da fumaça. “É como um imã”, define. A reunião junto da fogueira simboliza o fortalecimento do grupo.

As pinturas nas paredes – grafismos Xokleng e Kaingang – também demarcam a casa como seu território. “São marcas familiares, como se fossem sobrenomes”, explica o mestrando. Cada forma nas pinturas representa uma família, mas em um sentido diferente: “são todos os seus ancestrais, seu povo”, nas palavras de Woie. Ele reforça, no entanto, que o ambiente ainda está em processo de construção, já que não foi planejado para eles, e precisa ser transformado.

A realidade fora da aldeia – Os estudantes contam que, ao sair do convívio familiar para iniciar a graduação na cidade, passam por um grande choque cultural, trazendo à tona muitas inseguranças. Acostumados com a liberdade, podendo transitar tranquilamente pela aldeia e viver com seus parentes, pajés e anciãos, estar longe disso é um desafio. Eles relatam que é como se o indígena caminhasse sozinho ao longo da vida acadêmica, pois seus colegas não compreendem sua cultura.

Viviane, que sempre morou na sua comunidade na Terra Indígena (TI) Votouro, em Benjamin Constant do Sul, cogitou desistir da graduação devido às dificuldades por que passou. “Uma realidade completamente diferente da que eu vivi”, diz, principalmente em relação ao seu curso. Segundo ela, a comunidade aca-

dêmica do Direito tem dificuldade para receber e compreender estudantes indígenas e demais minorias.

Para Ruan, uma das formas de amenizar a situação foi entrar para o coletivo indígena. Pertencente à TI Potiguara, no litoral norte da Paraíba, está tendo sua primeira vivência longe da mãe e do pai. Agora morando mais próximo dos parentes na CEI, o estudante se sente mais compreendido. “Consigo passar minhas dores pra eles me acolherem”, completa.

Vindo de uma aldeia de tamanho reduzido localizada em Santa Catarina, na TI Ibirama La Klãnõ, o ambiente onde Woie vivia era familiar. Sair para a cidade, rodeado de pessoas que não conhece, traz medo. Sendo o único Xokleng na UFRGS, sente falta de praticar sua língua. “As primeiras palavras que eu falei são Xokleng. Sinto muita falta do meu território, da minha aldeia, mas agora também estamos construindo esse território-aldeia dentro da Universidade”, observa.

Permanência – Para os estudantes indígenas, a formação universitária é diferente: eles buscam levar para os seus territórios o que aprenderam. No caso de Ruan, a escolha do curso de Medicina se deu por influência da avó, parteira da sua aldeia – ela acompanhou inclusive o nascimento dele. Vê-la manusear as plantas medicinais onde vivia foi o que mais motivou o estudante a seguir a profissão. Seu sonho é levar a obstetrícia para seu território e poder trabalhar com o parto humaniza-

do – já que, nas aldeias, o índice de mortalidade no nascimento é alto pela falta de acesso ao serviço.

Após concluir a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, na Universidade Federal de Santa Catarina, Woie veio cursar o mestrado na UFRGS objetivando retomar o conhecimento tradicional nas escolas indígenas. Ele afirma que, enquanto o estudante branco foca exclusivamente nas disciplinas da faculdade, o indígena não vem apenas cursar, vem também ocupar e retomar. “A gente já sai da aldeia pensando: ‘Eu vou ocupar a Universidade’. Nós já nascemos no meio da resistência, e precisamos retomar o nosso espaço, mostrar que estamos presentes aqui”, finaliza.

Quando perguntados sobre o que a CEI representa para os povos indígenas, os três estudantes são categóricos: representa uma luta. Para Viviane, o espaço, mais aconchegante, traz, agora, a sensação de liberdade de poderem ser quem são. “Transmite a vivência dos povos indígenas e suas conquistas, que se dão sempre a partir de muita luta, sofrimento e obstáculos”, diz. Hoje, Woie sente como se tivesse voltado para casa, e está mais motivado a continuar seus estudos. Ruan concorda, afirmando que seguirá, junto com os demais estudantes, na incansável luta para que jamais se deixe esquecer que o Brasil – e a Universidade – são também territórios indígenas.

Leticia Pasuch e Cecília Martini, estudantes de Jornalismo da UFRGS

Gravuras de Paulo Só

TEXTO **IZIS ABREU**

IMAGENS **PAULO SÓ**

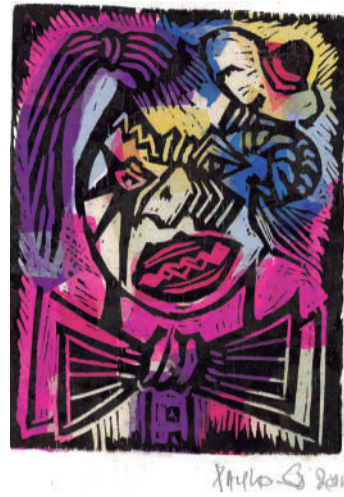
Paulo Roberto Pereira Soares (1946-2022), conhecido como Paulo Só, foi escultor, gravador, letrista e ativista do movimento negro. Também se dedicou à produção de tapeçarias e poemas. Iniciou sua formação artística em 1971, no Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre, onde estudou desenho, escultura e gravura. Também participou de cursos no SENAC e no Centro de Desenvolvimento da Expressão (CDE) da Casa de Cultura Mario Quintana – espaços de democratização da arte que viabilizaram o desenvolvimento técnico e poético de vários artistas negros e de baixa renda que não conseguiam acesso ao ensino acadêmico.

Paulo Só, assim como muitos artistas negros e negras, sem conseguir inserção nos espaços tradicionais de produção, difusão e consumo da arte, atuava em espaços alternativos ao circuito oficial, exibindo seus trabalhos em feiras de artesanato e eventos culturais, em sua maioria, voltados à promoção da arte e da cultura afro-brasileira.

A produção poética de Paulo Só é permeada pela crítica social, tendo a reflexão sobre a desigualdade racial e a valorização da cultura e da estética negra como elementos centrais. As obras do artista evidenciam a consciência de classe e a consciência racial que orientaram a sua formação cidadã.

Paulo Só, porém, faleceu no início deste ano sem receber, assim como inúmeros/as outros/as artistas gaúcho/as negros/as, o devido reconhecimento enquanto artista visual. O Museu de Arte do Rio Grande do Sul, que representa uma das principais esferas de legitimação da arte, tenta corrigir esse problema ao realizar a exposição Presença Negra, em cartaz até o dia 21 de agosto, na qual estão em exibição esculturas e xilogravuras de Paulo Só, bem como obras de aproximadamente 70 outros artistas negros e negras.

Sua produção imagética, contudo, merece um lugar na historiografia da arte no Rio Grande do Sul, o que só será possível por meio de uma investigação mais aprofundada de sua trajetória artística.



1 PAULO SÓ (PORTO ALEGRE/RS, 1946-2022)
SEM TÍTULO, 2004
XILOGRAVURA, 21,5 X 16,5 CM

2 PAULO SÓ (PORTO ALEGRE/RS, 1946-2022)
SEM TÍTULO, S.D.
XILOGRAVURA, 21,5 X 16,5 CM

3 PAULO SÓ (PORTO ALEGRE/RS, 1946-2022)
SEM TÍTULO, S.D.
XILOGRAVURA, 27,5 X 20,5 CM

4 PAULO SÓ (PORTO ALEGRE/RS, 1946-2022)
SEM TÍTULO, 2004
XILOGRAVURA, 20,5 X 16,5 CM

5 PAULO SÓ (PORTO ALEGRE/RS, 1946 - 2022)
SEM TÍTULO, 2011
XILOGRAVURA, 20 X 15 CM

6 PAULO SÓ (PORTO ALEGRE/RS, 1946-2022)
SEM TÍTULO, 2002
XILOGRAVURA, 21 X 17 CM

7 PAULO SÓ (PORTO ALEGRE/RS, 1946-2022)
SEM TÍTULO, 2007
XILOGRAVURA, 21 X 18,5 CM

8 PAULO SÓ (PORTO ALEGRE/RS, 1946-2022)
SEM TÍTULO, S.D.
XILOGRAVURA, 28 X 24 CM